

ACTAS

Ata nº 51 (cinquenta e um)

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano dois mil e treze, pelas onze horas, na Avenida Defensores de Chaves, nº 6, 5.º andar, em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral Anual da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, com sede naquele local, encontrando-se presentes todos os membros da Mesa da Assembleia Geral, Licenciados Elsa Maria Roncon Santos, Bernardo Xavier Alabaça e Maria Luisa da Silva Rilho, do Conselho de Administração, Licenciados Joaquim Pais e Jorge, Carlos Manuel Durães da Conceição, José Manuel Pereira Mendes de Barros, Fernanda Maria Mouro Pereira, Pedro Miguel Rodrigues Soares e Vasquez, Mário Alberto Duarte Donas e Pedro Miguel Nascimento Ventura, bem como o Fiscal Único, Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo Professor Doutor Victor Domingos Seabra Franco. -----

O acionista único, Estado Português, encontrava-se representado pelo Licenciado José Manuel Fusco Gato, nos termos do despacho número 1074 - SET – 13, de 29 de Maio de 2013 da Secretária de Estado do Tesouro. -----

A Presidente da Mesa verificou estar representada a totalidade do capital social, pelo que considerou estarem reunidas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, podendo esta deliberar sobre todos os assuntos para que foi convocada, nos termos da lei, designadamente o artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, e dos Estatutos. -----

Declarando aberta a sessão, a Presidente da Mesa saudou todos os presentes e procedeu de seguida à leitura da ordem de trabalhos previamente consensualizada: --

“1.º Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, que inclui o Relatório Financeiro e o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas consolidadas e separadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012; -----

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; -----

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; -----

4.º Deliberar sobre a avaliação do cumprimento das orientações fixadas para o setor empresarial do Estado; -----

5.º Deliberar sobre a declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos sociais para 2013; -----

6.º Eleição dos órgãos sociais para o triénio 2013/15; -----

7.º Deliberar sobre as remunerações e demais benefícios dos órgãos sociais; -----

8.º Deliberar sobre as Orientações de Gestão para o triénio 2013/15.” -----

Relativamente ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, que fez uma breve exposição do ano em apreço, começando por evidenciar que o ativo consolidado se manteve em cerca de 20 mil milhões de euros, sensivelmente igual ao de 2011. Os resultados líquidos foram substancialmente superiores aos do ano anterior tendo sido gerados essencialmente pela Parpública (SGPS) e pelo segmento das Águas e Resíduos, embora se registe que todos os segmentos de atividade apresentem resultados positivos, com exceção da Gestão e Promoção Imobiliária. -----

Ao nível das contas individuais, há a salientar uma diminuição do passivo de financiamento. -----

Quanto à atividade, ela foi marcada pelo Programa de Reprivatizações e alienações: -

- Em maio de 2012 foi concluída a 8.ª fase da reprivatização da EDP (21,35%) à *China Three Gorges*, pelo montante bruto de 2.693,2 milhões de euros; -----
- Também em maio foi concluída a 2.ª fase da REN pela venda à *State Grid* de 25% pelo montante bruto de 387,2 milhões de euros e de 15% à *Oman Oil Company* pelo montante bruto de 205,1 milhões de euros; -----
- Foi igualmente concretizada a venda de 15% do capital da Hidroelétrica de Cahora Bassa à REN e à Companhia Elétrica do Zambeze, em partes iguais; -
- A privatização da TAP não foi concluída pelo facto de ter sido rejeitada a única proposta apresentada; -----
- Foi decidida em Conselho de Ministros a operação da ANA, e, já em 2013, ocorreu a assinatura dos contratos associados à venda à *Vinci Concessions*. --

O esforço de privatizações prosseguirá em 2013: -----

- Serão iniciadas as operações dos CTT e a da EGF- Empresa Geral do Fomento; -----
- É também intenção da Parpública e do Governo relançar o processo da TAP e se possível concluir o processo da REN; -----

ACTAS

Folha

44

- Um aparte para referir que, já em 2013, foi concluída a privatização da EDP, com a parcela remanescente de 4,144% a ser alienada em mercado a investidores institucionais. -----

Ao nível das principais empresas em carteira, o Presidente do CA referiu que: -----

- O Setor aeronáutico resistiu bem ao ambiente macroeconómico adverso, pese embora a TAP continuar ainda muito prejudicada pela atividade de manutenção no Brasil; -----
- Na AdP verificou-se um ligeiro declínio das receitas, havendo a salientar a preocupação da Parpública como acionista com as matérias relacionadas com as dívidas dos municípios e com o agravamento do défice tarifário; -----
- A GALP apresentou uma *performance* muito positiva, ao nível das suas vendas, impulsionadas pelo segmento da "exploração"; -----
- A Sagestamo, a principal empresa do grupo no sector imobiliário, continua a registar uma *performance* negativa, com o registo de perdas por imparidades de 48 milhões de euros, devido à desvalorização de imóveis em carteira. Nesta empresa há também a sublinhar o aumento de capital de 750 milhões de euros por conversão de suprimentos. -----

Quanto à carteira de ativos, há a evidenciar a entrega, em 2013 pelo Estado de alguns ativos, como contrapartida da entrega de receitas de privatizações de cerca de 2 mil milhões de euros, reduzindo assim a dívida do Estado à Parpública. -----

Relativamente às empresas de menor dimensão, em 2013 será prosseguida uma política de visitas regulares por forma a aproximar mais a Parpublica e da actividade e da gestão das afiliadas. -----

Como referências finais, entendeu o Presidente do CA ser também de mencionar: ----

- A descontinuidade da atividade da Parpública no acompanhamento das PPP, dada a criação da UTAP na órbita do Ministério das Finanças; -----
- A redução do passivo remunerado líquido em cerca de € 260 milhões, havendo no entanto um incremento substancial da dívida corrente e um agravamento dos *spreads*; -----
- As negociações no sentido de a Parpública vir a suceder ao Consórcio ELOS nos contratos de financiamento para a construção do troço do TGV Poceirão-Caia; -----
- A emissão obrigacionista contraída no final de 2012 junto do Banco Totta; -----

- Ao nível dos dividendos, o ano de 2012 registou cerca de € 300 milhões, valor que será reduzido no exercício em curso dado que era essencialmente composto pelos valores pagos pela EDP e pela REN. Igualmente as receitas financeiras terão uma diminuição uma vez que traduzem maioritariamente o rendimento associado aos suprimentos; -----
- Registaram-se em 2012 imparidades num total de € 113 milhões, sobretudo na Sagestamo e na Parcaixa, e reduções de justo valor de 50 milhões de euros na REN e de 114 milhões de euros na Opção da GALP associada ao empréstimo obrigacionista “exchangeable”. -----

A Presidente da Mesa agradeceu ao Presidente do CA a explanação detalhada que acabara de fazer, que rapidamente permitiu ter uma visão clara da atividade e dos resultados do exercício de 2012, e deu de seguida a palavra ao representante do acionista Estado, o qual aprovou o relatório do Conselho de Administração, que inclui o relatório financeiro e o relatório do governo da sociedade, bem como as demonstrações financeiras separadas e consolidadas, relativas ao exercício de 2012, atentas as ênfases constantes das respetivas Certificações Legais. -----

Quanto ao **ponto 2 da convocatória**, o representante do acionista único, Estado Português, propôs e votou favoravelmente a seguinte aplicação de resultados, num total de 463.203.673,37 € (quatrocentos e sessenta e três milhões duzentos e três mil seiscentos e setenta e três euros e trinta e sete cêntimos): -----

- Dividendos – 50.000.000,00 € (cinquenta milhões de euros) – 10,79% -----
- Resultados transitados – 413.203.673,37 € (quatrocentos e treze milhões duzentos e três mil seiscentos e setenta e três euros e trinta e sete cêntimos) – 89,21%. -----

No que respeita ao **ponto 3 da ordem de trabalhos**, a Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Comissão de Auditoria, a qual referiu que, embora as ações desenvolvidas pela Comissão de Auditoria durante o exercício de 2012 tenham sido listadas no Relatório de Atividades que faz parte integrante do Relatório de Gestão, delas gostaria de destacar as seguintes: -----

- a continuação do aprofundamento do conhecimento das empresas participadas, através do diálogo com os órgãos congéneres; -----
- a coordenação do trabalho da área de Auditoria Interna da Parpública, estrutura ainda em fase de consolidação, na prestação de serviços à casa mãe e na auditoria a empresas participadas sem esta valência; -----

ACTAS

Folha

45

- o acompanhamento dos trabalhos de prestação de contas, anuais e intercalares. ----

Mais referiu que a Comissão de Auditoria deu parecer sobre as contas anuais, revendo-se plenamente nas Certificações Legais das Contas e Relatórios do Auditor Externo, bem como nos relatórios do Revisor Oficial de Contas. -----

Terminou agradecendo a excelente colaboração recebida da Comissão Executiva e do Revisor Oficial de Contas, Professor Dr. Victor Franco. -----

De seguida foi dada a palavra ao ROC que esclareceu que as Contas apenas tinham sido objeto de ênfases e não de reservas nas respetivas Certificações, para as quais remeteu, nada mais tendo a acrescentar. -----

O representante do acionista Estado propôs e votou favoravelmente um voto de confiança no Conselho de Administração, e em cada um dos seus membros, e no Revisor Oficial de Contas. -----

Relativamente ao **ponto 4 da convocatória**, o representante do Estado propôs e votou favoravelmente que seja reconhecido, em termos gerais, o cumprimento das orientações que decorrem dos princípios básicos de interesse público e das medidas de política económica e orçamental que enquadram a atividade da sociedade. -----

No que concerne ao **ponto 5 da ordem de trabalhos**, o representante do acionista deliberou aprovar a política de remunerações constante das páginas 99 a 101 do Relatório Anual de 2012, com menção expressa de que a remuneração do Revisor Oficial de Contas está ainda limitada ao cumprimento do Despacho n.º 764/SETF/2012, de 25 de maio, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças. -----

Quanto ao **ponto 6 da convocatória**, o representante do acionista Estado propôs e votou favoravelmente a eleição dos órgãos sociais a integrar a sociedade para o mandato referente ao triénio 2013/2015, com a seguinte composição: -----

Mesa da Assembleia Geral: -----

- Presidente: Dr.ª Elsa Maria Roncon Santos -----
- Vice-presidente: Eng. Bernardo Xavier Alabaça -----
- Secretária: Dr.ª Maria Luisa da Silva Rilho -----

Conselho de Administração: -----

Administradores executivos: -----

- Presidente: Dr. Joaquim Pais e Jorge -----
- Vogal: Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição -----

- Vogal: Dr. José Manuel Pereira Mendes de Barros -----

Administradores não executivos: -----

- Vogal: Dr.^a Fernanda Maria Mouro Pereira (simultaneamente presidente da Comissão de Auditoria e membro da Comissão de Avaliação) -----
- Vogal: Dr.^a Maria João Dias Pessoa de Araújo (simultaneamente membro da Comissão de Auditoria e membro da Comissão de Avaliação) -----
- Vogal: Pedro Miguel Nascimento Ventura (simultaneamente membro da Comissão de Auditoria e membro da Comissão de Avaliação) -----
- Vogal: Mário Alberto Duarte Donas (simultaneamente membro da Comissão de Avaliação). -----

Finda a nomeação dos Órgãos Sociais, a Presidente da Mesa felicitou os membros recém nomeados e agradeceu a colaboração dos membros cessantes. -----

Quanto ao **ponto 7 da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado deliberou que as remunerações e demais benefícios dos órgãos sociais para o triénio 2013/2015, fixados de acordo com as regras referidas no antecedente ponto 5, sejam as seguintes: -----

Mesa da Assembleia Geral: -----

Valor para as senhas de presença: -----

- Presidente: Valor ilíquido: 650,00 € -----
- Vice-presidente: Valor ilíquido: 525,00 € -----
- Secretário: Valor ilíquido: 400,00 € -----

A estes valores ilíquidos será aplicada a redução nos termos do artigo 19.º, n.º 1, alínea c) e n.º 9, alínea c) da Lei n.º 55-A/2010. -----

Conselho de Administração: -----

- Presidente: Valor mensal ilíquido de 5.722,75 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.289,10 €, pago 12 vezes por ano; -----
- Vogais executivos: Valor mensal ilíquido de 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano; -----
- Vogais não executivos com participação na comissão de auditoria: Valor mensal ilíquido de 1.526,07 €, pago 14 vezes por ano; -----

ACTAS

Folha 46

- Vogais não executivos sem participação na comissão de auditoria: Valor mensal ílquido de 1.144,55 €, pago 14 vezes por ano. -----

Não obstante, deverá acautelar-se o conjunto das disposições legais referentes à situação de acumulação de funções. -----

A estes valores ílquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010 e do artigo 19.º, n.º 1, alínea c) e n.º 9, alínea c) da Lei n.º 55-A/2010. -----

Revisor Oficial de Contas: -----

Ao cargo de Revisor Oficial de Contas será atribuída uma remuneração com o limite máximo equivalente a 22,5% da remuneração global do Presidente do Conselho de Administração. -----

Ao valor ílquido será aplicada a redução nos termos do artigo 19.º, n.º 1, alínea c) e n.º 9, alínea c) da Lei n.º 55-A/2010. -----

Por outro lado, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão, sendo o subsídio de Natal pago nos termos previstos no artigo 28.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e as remunerações a auferir efetivamente pelos membros dos Órgãos Sociais não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro. -----

Fixa-se em 80,00 € mensais o valor máximo das despesas associadas a comunicações, previstas no n.º 3 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro. -----

Fixa-se em um quarto do valor do abono mensal para despesa de representação o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço, nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro. -----

Sobre o **ponto 8 da ordem de trabalhos**, o representante do Estado propôs a não deliberação deste ponto, por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito. Assim, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, por volta das doze horas, da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Geral. -----

O Presidente



Elsa Roncon Santos

O Vice-Presidente



Bernardo Xavier Alabaça

A Secretária



Maria Luisa Rilho